

DESAFIOS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM NÍVEL *STRICTO SENSU*: UMA PESQUISA NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GOIÁS

Tatiane Luiz Andrade¹
Zenaide Dias Teixeira²
Marcelo Duarte Porto³

Recebido em 22/03/2023
Aceito em 08/08/2023

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar os principais desafios para os professores da rede municipal da cidade de Luziânia-GO continuarem sua formação acadêmica em nível *stricto sensu*. Para compreender essa questão, buscamos identificar as políticas públicas para a formação continuada de professores, bem como conhecer as vantagens que a Secretaria Municipal de Educação de Luziânia (SMEL) oferece aos docentes que prosseguem com sua formação acadêmica e investigar o nível de formação acadêmica dos professores da rede municipal de ensino. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual utilizamos como instrumento de coleta de dados: 1) entrevista semiestruturada com 20 professores; 2) entrevista semiestruturada com o secretário municipal de educação; e 3) levantamento de dados junto à SMEL por meio da pesquisa documental. O campo de pesquisa foram quatro escolas municipais localizadas na cidade de Luziânia-GO e a SMEL. Para embasar este estudo, utilizamos, dentre outras referências, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2017) e Verdum (2010). A formação continuada dos docentes contribui para a construção de novos conhecimentos que poderão ser utilizados durante a prática pedagógica, facilitando o desenvolvimento e aprimoramento de metodologias que irão amparar o professor frente aos desafios cotidianos de sala de aula. O aprimoramento profissional por meio da continuidade dos estudos acadêmicos se torna um importante instrumento para atualizar os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional.

PALAVRAS-CHAVE: formação continuada. *Stricto sensu*. Políticas públicas educacionais.

¹ Mestre pela Universidade Estadual de Goiás (UEG/Luziânia). Possui especialização em Docência do Ensino Superior (UEG/Luziânia). Graduada em Pedagogia (UEG/Luziânia) e licenciatura em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: tati.andrade.luz@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6770-1520>.

² Pós-Doutora em Sociolinguística Educacional pela Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio). Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias da UEG (Unidade Universitária de Luziânia). E-mail: zenaide.teixeira@ueg.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6103-5923>.

³ Pós-Doutor em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenador do Mestrado em Gestão, Educação e Tecnologias da UEG e também docente no Mestrado em Ensino de Ciências (UEG/UnU Anápolis). E-mail: marcelo.porto@ueg ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9934-4035>.

CHALLENGES FOR CONTINUOUS EDUCATION OF TEACHERS AT THE STRICT SENSU LEVEL: A RESEARCH IN THE MUNICIPALITY OF LUZIÂNIA-GO

ABSTRACT

This research sought to analyze the main challenges for teachers in the municipal network of the city of Luziânia-Goiás to continue their academic training at a *stricto sensu* level. To understand this issue, we identified public policies for the continuing education of teachers, as well as knowing the advantages that the municipal education department of Luziânia (SMEL) offers to teachers who continue with their academic training and investigate the level of academic training of teachers. of the municipal education network. To develop this work, we carried out a research with a qualitative approach, we used a semi-structured interview with 20 teachers as a data collection instrument, we also carried out a semi-structured interview with the municipal secretary of education and also collected data from SMEL through documentary research. . The research field were four municipal schools located in the city of Luziânia- Goiás and SMEL. To support this study, the contributions of: Law of Guidelines and Bases of Education (2017); Verdum (2010) among other authors who helped build the theoretical framework of this research. The continuing education of teachers contributes to the construction of new knowledge that can be used during pedagogical practice, facilitating the development and improvement of methodologies that will support the teacher in the face of the different challenges that may occur in the classroom. Professional improvement through continuing academic studies becomes an important tool for updating knowledge, contributing to personal and professional development.

Keywords: continuing education. *Stricto sensu*. Educational public policies.

1 INTRODUÇÃO

O aprimoramento do professor com as formações continuadas pode amparar a constante construção do conhecimento tão necessário para a sua atuação profissional. O que nos leva ao seguinte problema de pesquisa: Quais são os desafios para os professores da rede municipal continuarem sua formação acadêmica em nível *stricto sensu*?

Para responder ao problema, esta pesquisa possui como objetivo geral: Analisar os principais desafios para os professores da rede municipal continuarem sua formação acadêmica *stricto sensu*. Os objetivos específicos são: 1- Identificar as políticas públicas para a formação continuada de professores; 2- Conhecer as vantagens que a secretaria municipal de educação oferece aos professores que prosseguem com sua formação acadêmica e 3- Investigar o nível de formação acadêmica dos professores ativos do municipal de ensino de Luziânia- GO.

Embora existam vantagens como a valorização da carreira docente como o investimento

em conhecimentos científicos voltados para a formação continuada em nível *stricto sensu* na carreira docente, até o ano de 2017, a rede municipal de ensino de Luziânia não possuía em seu quadro docentes com mestrado ou doutorado, fato que desperta o interesse em sabermos se o quantitativo continua com a mesma configuração de formação daquele período, ou se existiram avanços durante o decorrer dos anos até a data de realização desta pesquisa que aconteceu nos anos de 2021, 2022 e foi finalizada em março de 2023.

Segundo Andrade (2018), os docentes da rede municipal de educação de Luziânia não prosseguiram com a formação continuada em nível *stricto sensu* por fatores como: o tempo necessário para investir nos estudos, já que a jornada de trabalho são de 40 horas semanais no turno diurno; investimento financeiro necessário para cursar um mestrado ou doutorado, já que naquele ano ainda não existia o programa de pós-graduação *stricto sensu* em universidade pública, na cidade de Luziânia; por fim, mas não menos importante, a valorização e o retorno financeiro para os docentes que prosseguem com a formação acadêmica, com relatos que alguns docentes não encontravam sentido em investir em seu aperfeiçoamento, já que o município não corresponderia a esses esforços.

Esta pesquisa foi realizada em quatro escolas públicas e na secretaria municipal de educação, localizada no município de Luziânia-GO. O município goiano é o sexto município mais populoso do estado de Goiás, fundado no ano de 1746 aos treze dias do mês de dezembro. Localizada a 58 km da capital do Brasil e a 196 km de sua capital Goiânia, possui uma população estimada de 214 645 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Gestão e Estatística (IBGE, 2021).

Escolhemos abordagem qualitativa, pois, segundo Bortoni-Ricardo (2020, p. 58) “a pesquisa qualitativa aceita o fato de que o pesquisador é parte do mundo que ele pesquisa”, o estudo qualitativo foi selecionado para integrar essa pesquisa por entender que sua estrutura é composta por diferentes agentes, que irão contribuir de maneira direta ou indireta para a construção do estudo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

É possível observar, em estudos realizados por Gatti (2008), que logo depois da LDB nº 9.394/96 ser publicada, houve um considerável aumento nos números de oferta e procura de formação continuada. Nos artigos da LDB, observamos dois pontos que abrangem a formação continuada.

O primeiro diz respeito à formação continuada: ela é considerada capacitação em serviço (Art. 61, Inciso I); como aprimoramento profissional continuado (Art. 67, Inciso II) e como treinamento em serviço (Art. 87). Já o segundo ponto encontrado na LDB, diz respeito às políticas públicas educacionais, que é ocupado pela formação continuada. Ele é considerado como um direito do profissional docente e visto como uma forma de reconhecer a carreira do magistério, que por muitas vezes é banalizada, tendo que ser assegurada dentro dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público (Art. 67). Nele também são apresentados a progressão funcional, piso salarial, condições apropriadas de trabalho e aprimoramento profissional continuado.

De acordo com Verdum (2010, p. 17), “mudam-se as exigências, deseja-se um capital humano qualificado, e isso reflete na educação que deve dar conta de preparar a população”. Nesse entendimento, a educação precisa atender as demandas políticas, sociais e econômicas em que o processo de ensino e aprendizagem ocorre, para que sejam atendidas as necessidades relacionadas tanto ao sujeito e seu preparo para o mercado de trabalho, quanto para a própria sociedade e as diversas instâncias que a compõe.

A formação continuada de professores se configura como um quesito indispensável, a LDB 9394/2017 garante, no artigo 62-A que:

Parágrafo único. Garantir-se a formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 2017, p. 43).

As políticas públicas educacionais contribuem para a formação continuada concomitantemente ao passo que corrobora para o avanço dos níveis educacionais, pois investir nos profissionais de educação pode corresponder ao incentivo dos agentes responsáveis em contribuir significativamente na melhoria da qualidade da educação. Desta forma a sociedade escolar deve estar atenta, como afirma Verdum (2010), e não se contentar somente com a mera função do repasse de saberes de conteúdos curriculares, devendo ainda contribuir para o desenvolvimento do sujeito com vista em uma postura crítica, ativa e atuante diante da realidade em que se encontra.

3 *STRICTO SENSU*: O ACESSO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O Plano Nacional de Educação Nacional (PNE), que estabelece metas a serem alcançadas no período de dez anos em toda o sistema de educação, é constituído de 20 metas a

serem alcançadas em um plano decenal e 254 estratégias, vale destacar que o PNE vigente 2014-2024 ao ser aprovado pela Lei nº13.005/2014. Dentre as vinte metas estabelecidas no PNE, consideramos aqui a meta quatorze, que pretende “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores” (BRASIL, 2014, p. 46).

O Plano Municipal de Educação (PME) de Luziânia pretende “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*: mestres e doutores no município” (LUZIÂNIA, 2015 p. 96), notamos que no PME de Luziânia não são apresentados a quantidade de matrículas ativas nesses cursos, tampouco a quantidade ou porcentagem que se pretende atingir até o ano de 2025, o que deixa em aberto a efetividade ou alcance dessa meta.

Em resposta ao requerimento realizado junto à secretaria municipal de educação de Luziânia (SMEL), em novembro de 2017, com o objetivo de saber qual o nível de formação acadêmica dos professores ativos, obtivemos a seguinte resposta: 794 professores com especialização; sobre docentes com mestrado e/ou doutorado, até aquele momento, não havia professor com essa titulação em toda a rede de ensino municipal (ANDRADE, 2018).

O Programa de Pós-graduação em Gestão, Educação e Tecnologias (PPGET) da Universidade Estadual de Goiás (UEG, unidade universitária de Luziânia, um sonho que se tornou realidade há pouco tempo, com início da primeira turma em novembro de 2020. O acesso ao PPGET acontece anualmente, foram disponibilizadas 20 vagas nos anos de 2020 e 2021 e 24 vagas no ano de 2022. O programa possui como objetivo:

O PPGET tem como objetivo geral formar recursos humanos altamente qualificado e com visão estratégica para atuar no desenvolvimento de pesquisa e na gestão de organizações públicas e privadas. Este programa de mestrado interdisciplinar é estruturado e organizado com enfoque teórico-metodológico de forma a proporcionar ao acadêmico um amplo conhecimento científico em temáticas de fronteira agregadas às teorias relativas à gestão, à educação e à inovação tecnológica no contexto das áreas de Ciências Sociais e Humanidades (LUZIÂNIA, 2022, p. 3).

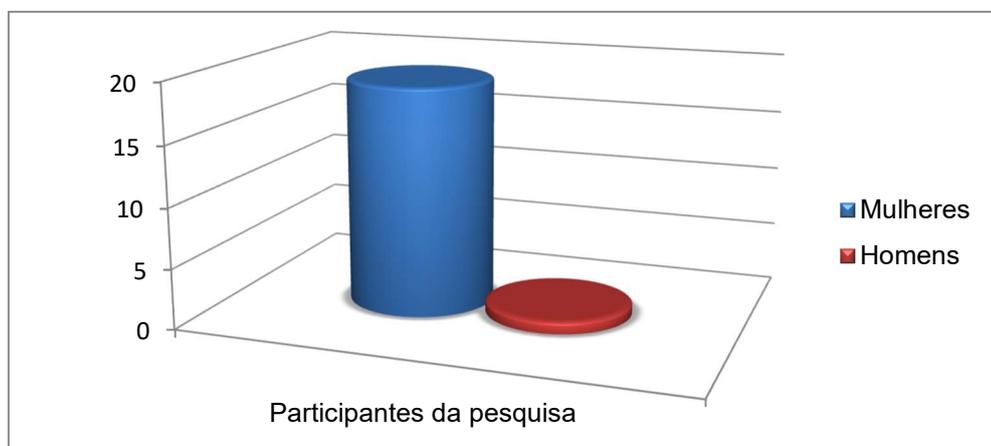
A duração do curso varia de 18 a 24 meses, e o discente necessita ser aprovado nas disciplinas para obtenção de créditos, bem como desenvolver uma dissertação dentro da temática do Programa, que será defendida publicamente, com uma banca examinadora geralmente composta por professor orientador, avaliador interno, ou seja, o docente que faz parte do quadro de servidores do Programa, além de um avaliador externo, que não desenvolva suas atividades docentes dentro do PPGET.

4 DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA EM NÍVEL *STRICTO SENSU*

Para iniciarmos a análise das entrevistas, se faz necessário traçar o perfil dos docentes

que participaram da pesquisa de campo, obtivemos os seguintes resultados:

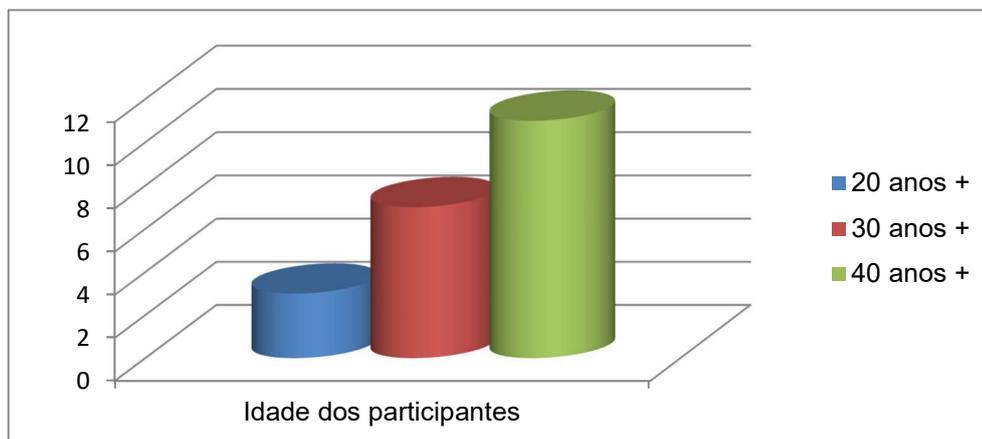
Gráfico 1 - Participantes da pesquisa



Fonte: Autores

Das pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa, entrevistamos 19 professoras e apenas 01 professor. Nas escolas em que realizamos as entrevistas podemos perceber uma maioria de professoras em comparação a professores que atuam nas escolas municipais.

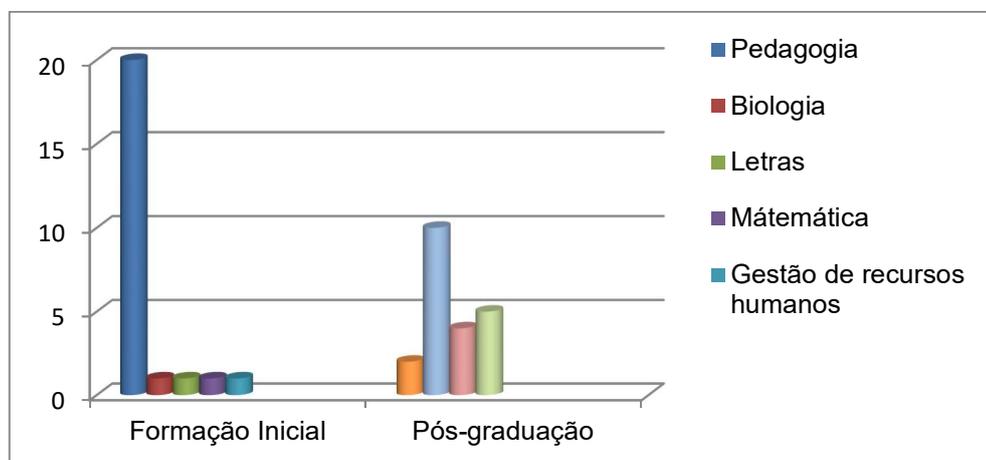
Gráfico 2 - Idade dos participantes



Fonte: Autores

No grupo de sujeitos de pesquisa, tivemos uma considerável variação na faixa etária, em que quatro estão no grupo de 20 anos de idade ou mais, sete participantes estão no grupo de 30 anos ou mais e 11 docentes estão no grupo de 40 anos ou mais. Tendo 24 anos a de menor idade dentre os entrevistados, e a professora com maior idade 49 anos.

Gráfico 3 – Formação Acadêmica



Fonte: Autores

A formação inicial dos vinte participantes é o curso de pedagogia, que passou a ser exigido como requisito indispensável para a atuação profissional na educação básica, segundo o artigo 62 da LDB:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental [...] trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas (BRASIL, 2017, p. 42).

Para atender a essa exigência prevista na LDB, foi criado o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PAFOR), por meio do projeto de lei apresentado em abril de 2009, que teve como objetivo garantir aos professores que já tivessem atuando na educação pública com formação no curso de magistério que era um curso de nível médio pudesse ter a licenciatura em pedagogia de nível superior, promovendo assim, a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2009), e atendendo por meio desse projeto o que foi preconizado primeiramente na LDB no artigo 62 e contemplado posteriormente na meta 15 do PNE:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014, p. 48/51).

Todos os entrevistados possuem formação em nível superior, ou seja, atendem ao requisito previsto pela LDB, e alguns deles possuem mais de uma graduação, como foi demonstrado no gráfico 3. Já nos cursos de pós-graduação obtivemos os seguintes resultados: 2 professores não possuem nenhum curso de especialização, 10 professores possuem uma especialização, 9 docentes possuem dois ou três cursos especialização e apenas 1 dos entrevistados possuem 4 cursos de especialização.

4.1 Processo de seleção

Neste eixo da pesquisa buscamos conhecer se os docentes conheciam quais são as etapas necessárias para participar do processo de seleção dos cursos de mestrado ou doutorado. Nesse sentido, fizemos as seguintes perguntas: Você já se inscreveu para participar de algum processo de seleção de mestrado/doutorado? Se sim, em que instituição? Qual o resultado?

Sim, UNB e UEG – Aprovada nos dois programas (Docente H).

Não me inscrevi, mas participei como aluna especial dois anos na Católica (Docente I).

Já sim, o resultado foi negativo. Tentei na faculdade de Catalão, instituição pública (Docente L).

Sim, Getúlio Vargas (FGV), na área de educação matemática, mais o resultado infelizmente não foi positivo. Eu não tinha domínio de outro idioma na época, fiz todo o procedimento, mas eu não tinha outra língua na época (Docente M).

Não. Esse ano que eu estava olhando o do Instituto Federal e eu quero me dedicar, ano que vem eu vou correr atrás disso, quero fazer meu mestrado (Docente P).

Dos 20 participantes da pesquisa de campo 15 docentes nunca participaram, e cinco deles já se inscreveram para seleção de mestrado.

Na segunda pergunta desse eixo, procuramos saber: Você conhece as etapas de seleção de um Programa de mestrado ou doutorado?

Conheço mais ou menos (Docente I).

Conheço sim (Docente L).

Não (Docente N).

Já me falaram no passado, mas eu não lembro mais (Docente S).

Eu conheço através do meu filho, porque ele é psicólogo. Ele fez na Universidade Federal de Goiás (UFG) a faculdade e ele faz mestrado lá, conclui no ano que vem (Docente T).

Percebemos um maior conhecimento dos entrevistados a respeito das etapas de seleção, alguns de forma direta, por terem pesquisado, ou de maneira indireta, por conhecimento de outras pessoas que já participam de um Programa de mestrado. Ainda assim, doze professores dos entrevistados não conhecem quais as etapas necessárias para adentrar em um curso de pós-graduação em nível *stricto sensu*.

4.2 Os principais desafios

Buscando analisar os principais desafios, perguntamos: O que você considera como desafio para continuar sua formação em nível *stricto sensu*?

Na verdade, foi falta de interesse mesmo. Até hoje nunca me despertou essa vontade de pesquisar e nem de ir atrás com relação a isso, não (Docente A).

A disponibilidade nem tanto tempo. Como eu vou dizer? Hoje eu não tenho mais a paciência, aquela vontade de ficar estudando, de continuar os estudos (Docente B).

Consegui passar no mestrado. Ser aprovada no processo de seleção (Docente C).

Hoje o maior desafio é a questão financeira, né? A gente tem muita vontade, sim, mas a questão financeira esbarra um pouquinho, porque é um curso caro sim, né? E tem a questão também de flexibilidade horária, apesar de que no mestrado você tem direito a licença (Docente D).

Os campos de pesquisa (Docente E).

A oferta é pequena e o tempo para se dedicar primeiro a gente precisa ser aprovado, para depois entrar com o pedido de licença (Docente M).

Eu acho que pra mim, hoje o maior desafio é conciliar o tempo pra eu poder me dedicar a pesquisa que tem no mestrado, que eu acho que é bem difícil (Docente P).

Desafio? Não sei se é a questão do tempo, que a gente faz muito curso na secretaria. Tem também a questão do trabalho em sala de aula, ainda mais agora pós pandemia tá bem puxado até pegar o ritmo, as crianças voltarem àquele ritmo antigo, né? É então tudo isso a gente acaba trabalhando muito, aumenta um pouquinho mais, o tempo fica

pouco. Até pela questão da pandemia mesmo, até pra estar participando dessas coisas, não me sinto ainda preparada para estar em locais com aglomeração de pessoas. (Docente S).

Tempo, você tem que ter tempo para ler, muito tempo para estudar. Eu vejo isso no meu filho [...] ele trabalha três vezes por semana, porque ele tirou dois dias para poder estudar, para preparar, começar a fazer o mestrado (Docente T).

Dentre as diferentes respostas apresentadas pelos entrevistados, podemos destacar como desafio para a continuidade dos estudos em nível *stricto sensu*: a falta de tempo para conseguir conciliar os estudos e as atividades laborais, já que o trabalho nas escolas como professor regente demanda grande tempo para o planejamento e aplicação das atividades elaboradas. Outro ponto que também foi amplamente comentado é a questão de conciliar a vida pessoal com os estudos, ou seja, família, filhos, dentre outros afazeres que fazem parte da vida cotidiana, já que a dedicação ao curso de mestrado/doutorado demanda um investimento considerável de tempo para a participação nas aulas e a realização dos trabalhos e ainda a escrita da própria dissertação.

Alguns dos entrevistados trouxeram como desafio para a continuidade dos estudos acadêmicos a questão financeira, já que os cursos particulares de nível *stricto sensu* têm valores elevados, e que muitas vezes não estão compatíveis com os vencimentos dos professores municipais. Ainda nessa esfera, destacamos a fala de um dos entrevistados, que percebe que a quantidade de vagas ofertadas ainda é pequena, se comparada ao número de pessoas que possuem interesse em ingressar no mestrado/doutorado, compondo essa mesma esfera de pensamento, outro entrevistado percebe que os campos temáticos também são um desafio, bem como ter a aprovação nos processos de seleção nos Programas *stricto sensu*.

Perguntamos: Você tem interesse/vontade em cursar uma pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado? Por quê?

Não tenho, em razão da dificuldade que eu tenho de tempo, de estar estudando, de realizar as atividades e aí eu não tenho muito interesse, eu me acho muito ansiosa para fazer um mestrado ou doutorado, eu acredito que acarretaria em outro problema. Então ao invés de ser uma vantagem, talvez seria um peso pra mim (Docente B).

Agora não porque estou em final de carreira (Docente C).

Doutorado? Quero passar bem longe, sempre quis fazer mestrado, mais depois que entrei deixei de ter vontade de fazer um doutorado, é muito desafiador (Docente H).

No momento não, acho que essa época que estamos vivendo uma continuação da pandemia. Acho que até voltar ao normal demora um pouquinho (Docente S).

Sim, tenho muita vontade, mas não agora. Na verdade, eu acho que talvez pegaria uma licença. Por isso que eu falei, ano que vem acaba o probatório e deve lançar algum edital, então, para o ano que vem eu peço uma licença para poder me dedicar aos estudos, porque sinceramente, esse ano tá um Deus nos acuda, fazendo uma pós com trabalho e com as coisas da escola [...], (Docente K).

Sim tenho interesse, porque eu quero dar segmento à minha formação e eu também considero gratificante contribuir com a pesquisa científica (Docente M).

Sim. Eu tenho. Porque assim, na nossa área a gente tem que estar sempre buscando, se atualizando, não pode parar [...]. (Docente N).

Tenho interesse, por conta do aperfeiçoamento profissional e aperfeiçoamento na minha área de educação, nas minhas práticas, mesmo dentro de sala de aula (Docente P).

Diferentes aspectos foram expostos pelos entrevistados para justificar o não interesse em continuar a pós-graduação em nível *stricto sensu*, iniciamos pela questão de conciliação de tempo/estudo, outro ponto relevante também apresentado por outro entrevistado foi a questão da saúde mental para conseguir conciliar um curso de mestrado, pois o docente B se considera muito ansioso, o que acarretaria em prováveis desgastes de seu bem-estar emocional.

Outro ponto que vale destacarmos é a questão da pandemia, que embora já tenhamos vacina para a população o docente S justifica que por estamos em continuidade da pandemia não se sente segura para frequentar lugares com um grande número de pessoas, por esse motivo não sente vontade nesse momento. Uma resposta que nos causou inquietação foi a do docente H, que já está cursando um mestrado, e por esse motivo não sente nenhuma vontade em ingressar no curso de doutorado, tendo o entrevistado demonstrado uma grande repulsa ao pensar nessa possibilidade, pois considera demasiadamente desafiador a questão dos estudos conciliados com a vida profissional e pessoal.

Obtivemos as repostas de dezesseis docentes que têm a pretensão em continuar os estudos em nível de mestrado ou doutorado e selecionamos cinco, dentre o retorno obtivemos: a vontade em contribuir com a pesquisa científica (docente M), bem como a aquisição de novos conhecimentos e atualização profissional (docente N). O docente K fala a respeito do seu interesse em continuar os estudos, porém, tem como desafio a questão da licença para estudos,

o que ainda não é previsto no Estatuto do Magistério para os professores que estão no período de estágio probatório.

O aprimoramento profissional com a intenção de melhoramento das práticas pedagógicas também foi lembrado pelo docente P, o que nos remete à ideia que a qualificação profissional docente é um dos fatores que podem contribuir com os níveis de qualidade educacional.

4.3 Parceria/estratégia entre SMEL e UEG

Em nossa pesquisa junto aos docentes, procuramos saber: se existisse uma parceria entre SMEL e UEG que facilitasse o acesso dos professores da rede municipal ao curso de mestrado da UEG Luziânia, você concorreria a uma vaga? Por quê?

Sim, se existisse essa parceria, facilitaria o ingresso. Talvez o fato de que para entrar tenha tanta concorrência, ou até de ser mais difícil o acesso a gente não empenha tanto em estar buscando. As parcerias até então quando eu olhei só tinha na Católica em Brasília, então eu vi o nível de dificuldade maior que era o deslocamento, e toda uma série de coisas e a concorrência também era muito grande, porque era pra Brasília toda uma série de outros Estados que também concorreria junto. Quando eu olhei, eu já tive um interesse, mas muito tempo atrás (Docente A).

Eu acredito que não. As minhas prioridades hoje são outras (Docente B).

Com certeza concorreria, seria facilitado pela questão do pagamento e tal, então eu concorreria pelo mesmo motivo, né? Questão de estudo, evoluir, aprender e também pela questão salarial (Docente D).

Porque eu tenho vontade de fazer mestrado, mas hoje não está no meu orçamento. Então, se tiver essa parceria facilita aí eu gostaria sim (Docente G).

Eu tentaria sim, pelo fato de ser mais próximo e ser mais acessível mesmo. Mesmo com a questão familiar eu tentaria (Docente Q).

Apenas um dos sujeitos de pesquisa (B) não possui interesse em realizar o mestrado no momento, mesmo que existisse uma parceria que facilitasse o acesso dos professores ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (PPGET/UEG). Os demais entrevistados ressaltaram o interesse em realizar o curso caso exista essa parceria entre a SMEL e a UEG, que possui uma unidade na cidade, na visão dos entrevistados essa parceria poderia ser viável, pois teria facilidade para acesso ao curso de

mestrado.

5 O ACESSO DOCENTE À FORMAÇÃO *STRICTO SENSU* E A SECRETARIA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA

Para compreender melhor o acesso docente à formação *stricto sensu* em Luziânia, fizemos uma entrevista semiestruturada com o secretário municipal de educação. A entrevista aconteceu em fevereiro de 2023. Iniciamos com a apresentação da pesquisadora, e uma breve explicação da problemática e dos objetivos do estudo, em seguida foi assinada a carta de aceite de participação da pesquisa.

O secretário tem trinta e cinco anos de idade possui bacharel em direito e ainda não possui especialização, atua como secretário municipal de educação há dois anos e dois meses. Após as perguntas para conhecer o perfil do entrevistado, foi realizada uma breve explicação da meta 14 do PME, que diz: “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo à titulação anual de 30 (trinta) mestres e 10 (dez) doutores a partir do 3º ano de vigência dessa lei” (PME, 2015, p. 32).

Na oportunidade, foi falado ao secretário municipal de educação que em resposta ao requerimento enviado a SMEL no ano de 2022, para saber o nível de formação acadêmica dos professores da rede, obtivemos retorno de que atualmente duas docentes concluíram o curso de mestrado. Uma docente encontra-se em licença para aprimoramento profissional em nível de mestrado, mas nenhum docente ativo possui doutorado.

Pensando nisso, foi realizada a primeira pergunta: alguma ação foi realizada visando atender a meta 14 do PME? Teve alguma ação a esse respeito? A secretaria tem algum projeto nesse intuito? Alguma intenção dentro dessa perspectiva?

Nós temos toda a intenção, inclusive é um dos nossos desejos atender essa meta. Logo no início da nossa gestão, nós já buscamos as primeiras tratativas junto com a CAPES e CNPq, que se colocaram à disposição de nos ajudarmos a fazermos um curso de mestrado especificamente para a nossa rede municipal, para nós melhorarmos os índices da educação básica.

E chegamos junto com o CNPq e com a CAPES a fazer tratativas com Universidade Estadual de Goiás e com a Universidade Federal, se eu não me engano, do Rio Grande do Norte, porque eles têm a modalidade que nós precisaríamos implementar aqui. E ficou no campo das últimas conversas.

Na oportunidade procuramos saber se foi realizada alguma ação da Secretaria de Educação para atender a meta 14 do Plano Municipal de Educação, pois a meta prevê uma

parceria entre a Secretaria de Educação com instituições de ensino superior para facilitar o acesso dos professores à formação *stricto sensu*. Até o terceiro ano que seria em 2018, o PME tinha a meta de formar trinta mestres por ano e dez doutores.

Embora exista essa intenção, a meta 14 do PME ainda não foi alcançada, e infelizmente está bem longe de ser. Se compararmos o número atual de professores ativos que já possuem a formação em nível de mestrado que até o presente momento são apenas dois docentes com a titulação em todo o município, e mais duas docentes egressas do PPGET/UEG Luziânia, o que irá totalizar quatro professores mestres em todo o quadro docente da Secretaria Municipal de Educação e, por enquanto, nenhum docente da rede municipal possui o título de doutor.

Seguimos com a questão: existe uma comissão de avaliação permanente do PME? Se sim, quem faz parte? Existe uma divulgação desses dados para a comunidade em geral?

Não, ainda há. Mas nós vamos instalar. Até mesmo porque nós vamos agora reformular o nosso plano municipal de educação.

Outro fator importante é o acompanhamento das metas elaboradas por uma comissão, pois dessa forma é possível traçar diferentes estratégias que servirão de parâmetro para realinhar novas rotas que permitam alcançar as metas, ou chegar ainda mais próximo possível de cada uma delas.

é importante lembrar que após a elaboração de ações que serão desencadeadas pelo governo, muitos aspectos podem sofrer alterações até que o feito em si chegue ao indivíduo a que se destina, sendo que diferentes fatores podem contribuir para que isso ocorra. Se tratando de políticas educacionais desde a sua criação até a sua efetivação, esta perpassa diferentes sujeitos, influenciando, desta forma a construção e evolução da sociedade onde esta acontece, sendo necessárias ações políticas voltadas para a formação continuada de professores para o atendimento das demandas sociais num contexto de mudanças (ANDRADE, 2018, p.18-19).

As políticas públicas necessitam de um acompanhamento, dessa forma é possível avaliar quais são as mudanças que aconteceram e como elas poderão impactar nos resultados esperados, servindo de base para a reestruturação de futuras metas e estratégias, com as quais se possa realizar um levantamento/estudo anterior à criação dessas metas para conhecer a real situação do município e não criar metas com uma realidade totalmente distante do local ao qual o Plano Municipal será aplicado.

Indagamos: existe um planejamento com o intuito de elaborar ações que incentivem a formação em nível de mestrado e doutorado para os professores da rede?

Temos um diálogo aberto que avança mais do que a intenção, entende?

Embora exista o diálogo aberto, ainda se fazem necessários avanços para que uma

turma, ou vagas exclusivas sejam destinadas aos professores da rede, se pensarmos que o PME tem vigência até 2025 perceberemos que o município de Luziânia está bastante atrasado para o cumprimento dessas metas. Sugerimos que seja retomado esse diálogo com os órgãos ou instituições responsáveis para que se possa de fato estabelecer diretrizes que atendam o professorado da rede municipal e que, principalmente, eles possam ter essa oportunidade em dar continuidade à sua formação em nível *stricto sensu*.

Nossa próxima questão foi: existe algum planejamento que vise à criação de parceria entre a UEG e a SMEL com o objetivo de facilitar o acesso dos professores da rede ao PPGET?

Nós estivemos na UEG e estivemos com o pessoal do CNPq para avançarmos nesse sentido de abrimos a primeira turma para os professores da rede. Nós não conseguimos avançar diante de algumas dificuldades que nós precisávamos de resposta desses outros órgãos para podermos avançar.

Embora exista essa intenção de criação da parceria, não foi possível saber quais ações já foram realizadas, não conseguimos identificar quais os empecilhos que ainda se apresentam dentro dessa ideia de parceria para facilitar a formação em nível *stricto sensu* para os professores da rede.

Continuamos: entre a UEG e a SMEL acontece algum tipo de comunicação que informe aos professores da rede a existência do Programa de mestrado na UEG Luziânia?

Existe uma ideia de que precisamos criar uma formação ou algo dessa natureza para levar essas informações do mestrado, como faz pra entrar, todas essas questões.

A criação de um minicurso ou algo dessa natureza é importante para que a SMEL possa juntamente com a UEG expandir a divulgação do curso PPGET que já existe na unidade de Luziânia. Durante a entrevista com os professores, notamos que a maioria deles não têm conhecimento da existência de um curso gratuito, de qualidade, ofertado pela UEG Luziânia. Uma possibilidade seria a divulgação desses cursos no *site* da SMEL, páginas das redes sociais como: *Youtube, Instagram e Facebook* e dentro dos próprios grupos de trabalho de *WhatsApp*.

Com a continuidade dos estudos por parte do professor a rede como um todo também tem um ganho, se pensarmos na melhoria de suas práticas e metodologias por meio da continuidade desses estudos, o que poderá acarretar na qualidade da educação ofertada pelo docente que prossegue com os seus estudos em cursos de *stricto sensu*.

A última pergunta realizada foi: pensando no acesso dos professores do município ao PPGET, quais planejamentos ou ações poderiam ser realizados para oportunizar aos docentes a participarem do Programa de mestrado?

Uma das minhas metas para este ano é retomar essa conversa e avançar o mais rápido possível para que tudo dê certo e a gente consiga já efetivar a primeira etapa ainda esse ano, para nós entregarmos o cumprimento dessa meta.

A parceria com a UEG é um dos principais portões de entrada dos professores da rede ao *stricto sensu*, seria interessante pensarmos numa destinação de vaga para os professores de Luziânia, dessa forma os docentes teriam a oportunidade de ingressarem no mestrado em sua própria cidade, o que seria um ganho para o município, uma vez que a formação continuada dos professores em nível *stricto sensu* pode contribuir direta e significativamente para o aprimoramento da educação básica ofertada pelo município.

6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa investigamos quais são os desafios que são enfrentados pelos professores da rede municipal de Luziânia para a continuidade de seus estudos em nível *stricto sensu*.

Após as entrevistas realizadas com os professores constatamos diferentes desafios, dentre eles: a questão do tempo para conciliar os estudos e o trabalho em sala de aula, o que não é algo totalmente necessário para realizar um curso de mestrado ou doutorado, já que o estatuto do magistério prevê um afastamento remunerado aos docentes que solicitam essa licença junto ao departamento de recursos humanos, porém, percebemos que a maioria dos entrevistados desconheciam esse direito, logo, uma questão interessante para os professores que desejam seguir com os estudos é conhecer o estatuto, pois naquele documento estão previstos todos os direitos e deveres de cada servidor.

Outra questão levantada é a dificuldade em ser aprovado no processo de seleção, já que a quantidade de vagas ofertadas é reduzida. Assim, consideramos muito interessante a ideia apresentada pelo secretário municipal de educação, em que pensa em realizar formações que possam levar informações aos professores de como passar em um mestrado, algo que explique detalhadamente as etapas necessárias para conseguir a aprovação, seria uma ação muito eficaz para sanar as dúvidas dos docentes e ainda orientar aqueles que não possuem conhecimento dessas etapas. Tal ação poderia contribuir tanto com a formação dos professores quanto com o

próprio município, que teria em seu corpo docente professores qualificados com o título de mestrado, o que poderia acarretar em um aprimoramento significativo da qualidade da educação ofertada nas escolas do município de Luziânia.

Pensamos ainda em uma possível parceria entre a SMEL e a UEG Luziânia, em que poderia ser destinada uma porcentagem das vagas para os professores da rede municipal de ensino, na qual os professores iriam concorrer com outros professores, de maneira que oportunizassem aos docentes a possibilidade de estudarem em um curso de mestrado em sua própria cidade de atuação, em uma Universidade que possui bons índices e com um ensino de qualidade.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE. Tatiane Luiz. Políticas públicas para a formação continuada de professores no Município de Luziânia- Goiás. 2018. Trabalho de Conclusão (Especialização Lato Sensu em Docência e Gestão da Educação Superior – Presentificando a Interdisciplinaridade) – Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Luziânia, Luziânia, 2018. Disponível em: <https://www.gnuteca.ueg.br/>. Acesso em: 14 maio 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Câmara dos deputados, 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Brasília: Câmara dos deputados, 2014.

_____. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em: 08 jul. 2021.

GATTI, Bernadete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil na última década. **Revista Brasileira de Educação**, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybkH/?lang=pt>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

LUZIÂNIA. **IBGE**. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/luziania/panorama>. Acesso em: 4 maio 2022.

LUZIÂNIA. Secretária Municipal de Educação de Luziânia. **Plano Municipal de Educação PME 2015-2025**. Luziânia: Secretária Municipal de Educação, 2015.

_____ Secretária Municipal de Educação de Luziânia. **Requerimento nº 18.** Formação acadêmica dos professores da rede municipal. Luziânia. Secretária Municipal de Educação, 2022.

LUZIÂNIA. **Histórico da Universidade Estadual de Goiás.** (2022). Posse: UEG, [201-]. Disponível em: <http://www.posse.ueg.br/index.php/a-universidade/historico-da-universidade> Acesso em: 21 ago. 2022.

VERDUM, Priscila de Lima. **Formação continuada de professores da educação básica: políticas e práticas.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3645>. Acesso em: 24 maio 2021.